

EIXO TEMÁTICO 6 | EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL E SEU PIONEIRISMO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

POSTGRADUATE IN BRAZIL AND ITS PIONEERING IN SERVICE BRAZILIAN SOCIAL

Priscila Ambrozio¹
Ana Lole²

RESUMO

O presente artigo é parte introdutória da pesquisa de doutorado da autora, sob orientação acadêmica da coautora. Traz subsídios iniciais que se debruçam sobre a história do pioneirismo do curso de pós-graduação em Serviço Social no Brasil, tendo como pano de fundo o cenário global sobre a pós-graduação brasileira e seus elementos constitutivos. Com isso, esse artigo busca se inserir num campo de perspectivas progressistas debatendo a trajetória da pós-graduação stricto sensu no Brasil e, em especial, no Serviço Social brasileiro.

Palavras-chave: Pós-graduação; Pós-graduação brasileira; Pós-graduação em Serviço Social.

ABSTRACT

This article is an introductory part of the author's doctoral research, under the academic guidance of the co-author. It brings initial subsidies that focus on the history of the pioneering of the postgraduate course in Social Work in Brazil, against the backdrop of the global scenario regarding Brazilian postgraduate studies and its constituent elements. Therefore, this article seeks to insert itself in a field of progressive perspectives debating the trajectory of stricto sensu postgraduate studies in Brazil and, in particular, in Brazilian Social Work.

Key Word: Postgraduate; Brazilian postgraduate; Postgraduate degree in Social Work.

¹ Mestre e Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: pris-goncalves@hotmail.com

² Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Doutora e Pós-doutora em Serviço Social pela PUC-Rio. E-mail: analole@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A pós-graduação brasileira se origina a partir de dois momentos distintos. No primeiro momento, em um cenário de construção do Estado brasileiro, nos seus anos de 1930. Período este de consolidação do capitalismo monopolista, a pós-graduação se insere na universidade brasileira como “prática”, através do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, que institui o Estatuto das Universidades Brasileiras.

A segunda iniciativa de inserção da pós-graduação no interior da universidade brasileira se dá nos anos de 1960, sendo institucionalizada através do Parecer Sucupira – Parecer CFE nº 977, de 3 de dezembro de 1965. Assim, pode-se considerar que a pós-graduação no cenário brasileiro, da forma em que a conhecemos hoje, datam da década de 1930.

Como já apontado por Guerra (2011), é enfático que a pós-graduação no Brasil se dá através do mesmo cenário conjuntural de dependência, como país periférico em relação às nações centrais. E, no cenário brasileiro, sua institucionalização se dá de forma fragmentada e direcionada a segmentos que, nesse período, estão fazendo parte da consolidação do capitalismo monopolista, direcionada para aperfeiçoamento tecnicista.

A especialização na formação surge para aquelas classes que estão inseridas em setores relacionados diretamente ao desenvolvimento do capitalismo. Não está preocupada na formação crítica e produção de conhecimentos, visando projetos de sociedade igualitária.

Cabe apontar que os estudos de pós-graduação, em sua fase de institucionalização, ocorrem dentro do início da consolidação da, assim denominada por Florestan Fernandes (1975), autocracia burguesa, na sociedade brasileira e seu modelo vem desenhado a partir dos parâmetros norte-americano e europeu.

Saviani (2020) aponta que a experiência dos Estados Unidos influenciou e definiu a estrutura do curso de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Ao ponto que, os níveis da formação foram divididos em Mestrado e Doutorado. Ambos previam estudos e áreas de concentração de pesquisa a serem escolhidos pelos candidatos. Para se formar mestres, era necessário a elaboração de um trabalho, resultante de uma pesquisa – a dissertação. Para se formar doutor, uma tese como trabalho final.

Assim, esse modelo de pós-graduação constituído pelo Brasil, seguiu expressamente a experiência norte-americana, como Saviani (2020) sinalizou o que fora evidenciado no texto do Parecer 977/1965. Porém, o Brasil importou não apenas a estrutura norte-americana, mas também bebeu da fonte europeia para dar ênfase sobre o aspecto teórico dos cursos.

Esses dois modelos foram determinantes na consolidação da estrutura técnica e teórica

dos cursos de pós-graduação stricto sensu no Brasil. O modelo norte-americano, em seu aspecto técnico-operativo e, a influência europeia, sobre os aportes teóricos.

2 NOTAS SOBRE O PIONEIRISMO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Cunha (1988), em seus estudos sobre a pós-graduação, aponta que a Reforma de 1964/68 teve como parâmetro o modelo mais avançado do mundo capitalista, o modelo norte-americano. Este modelo reforçou a condição política e econômica que a autocracia burguesa desenvolvia no Brasil, nesse período – a conjuntura da Ditadura Militar.

Nesse período, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) foi vitrine da modernização que se instaurava, a partir de março de 1969, quatro meses após a promulgação da Lei nº 5.540 – momento em que Cunha permanecia como professor desta Universidade.

Nesse sentido, quando a pós-graduação no país começa a ser regulamentada pelo Conselho Federal de Educação, através do parecer nº 977 de 1965, estamos experienciando no interior do Serviço Social o Movimento de Reconceituação da profissão. Que é dominado, segundo Yamamoto, “pela contestação ao tradicionalismo profissional, que implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ídeo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*” (2010, p. 205).

Esse movimento de renovação profissional por meio da perspectiva de “intenção de ruptura” possibilitou ao Serviço Social o diálogo com o pensamento social marxista. E através dos cursos de pós-graduação da área pode produzir conhecimentos para a consolidação do projeto profissional crítico.

A pós-graduação em Serviço Social situa-se no contexto do capitalismo contemporâneo, caracterizado por grandes e rápidas transformações societárias. O início da pós-graduação na área remonta os anos 1970, num “cenário que interpela a profissão sob múltiplos aspectos, apresentando-lhe desafios, tanto para compreender como para intervir na realidade social” (Yazbek; Silva, 2005, p. 25). Neste bojo é gestado o Curso de Mestrado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), implementado em 1972, que contribuiu, a nosso ver, para o processo de amadurecimento teórico e político da profissão.

A profissão, desde sua institucionalização até os dias atuais, passou por mudanças profundas, iniciando pelo conhecido “Movimento de Reconceituação” iniciado na América

Latina nos anos de 1960 e avançando até a década de 1980. Lopes (2016) aponta que o movimento “foi de grande relevância no despertar para questões cruciais no exercício da profissão nas sociedades de capitalismo dependente e profundamente desiguais”, como a América Latina. Seu principal objetivo foi se apropriar de uma consciência crítica de realidade social e econômica, por meio de uma formação desvinculada do caráter pragmático europeu e norte-americano. Portanto:

Esses movimentos foram determinantes na penetração e no avanço do marxismo no Serviço Social que ocorreram no processo de avanço da crítica à tendência tradicional e ao conservadorismo da profissão; a crítica orientadora da ruptura com essa tendência e da construção da alternativa que vincula o Serviço Social aos interesses das classes trabalhadoras, em efetivo compromisso com a necessidade histórica de emancipação dessas classes. (Lopes, 2016, p. 322).

Esse marco de transformações vivenciadas no interior da profissão foi essencial para categoria compreender o seu significado social. A partir daí foram desencadeados processos de maturação do Serviço Social, quando já firmando seu compromisso com a classe trabalhadora. Esse compromisso se consolida de fato no final da década de 1970 e início dos anos de 1980, quando se dá o processo de luta por redemocratização e por melhores condições de vida da população brasileira (Lopes, 2016).

Abreu (2016) aponta dois principais eventos que se deram no contexto de autoritarismo, forjado pela Ditadura Militar, em 1964, que durou até 1985 – conjuntura em que se abre espaço para conquistas também no âmbito da profissão. Tais eventos sinalizados pelo autor consistem no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS), em 1979, conhecido como “Congresso da Virada”, isto é, quando a categoria se apropria de fato de uma nova direção política, baseada na recusa do conservadorismo e consolida sua base crítica “na profissão, pela busca de sustentação no pensamento crítico marxista e pelo compromisso político profissional com as classes subalternas” (Abreu, 2016, p. 236-237).

O segundo evento foi a aprovação do currículo mínimo, em 1982, na XXI Convenção da Associação Brasileira de Ensino do Serviço Social (ABESS), hoje, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Tal currículo fundamentou a superação da formação conservadora, tecnicista e tradicional influenciada pelo Serviço Social norte-americano.

Os principais avanços, ainda nessa nova era do Serviço Social crítico, consistiram na revisão do seu Código de Ética de 1986, que não atendia mais às exigências sociais atuais e, como resultante, deflagrou no Código de Ética de 1993.

Ainda sob os desdobramentos dos avanços na revisão do Código de 1986, a profissão conquista sua regulamentação firmada na Lei 8.662/1993, que dispõe sobre suas atribuições privativas e competências profissionais e que, em 2010, é acrescido o Art. 5º, que define a duração da carga horária de trabalho dos Assistentes Sociais em trinta horas semanais.

É no bojo do Movimento de Reconceituação que a temática da fundamentação teórico-metodológica passará a configurar um lugar importante para a trajetória profissional. É nesse cenário que a profissão travará debates acalorados na construção da hegemonia de novas referências teórico-metodológicas e interventivas (Yazbek; Silva, 2005).

Nesse sentido, Guerra (2011) dá ênfase à relação orgânica entre graduação e pós-graduação em Serviço Social, afirmando que a pós-graduação é o componente *sine qua non* para a qualificação da graduação, onde, esta última é requalificada. Contudo, a autora chama a atenção para o fato de que: “os desafios e possibilidades da pós-graduação em Serviço Social só podem ser apreendidos no movimento histórico de avanços e retrocessos da política educacional brasileira e, em especial, nas orientações desta para a pós-graduação” (Guerra, 2011, p. 127).

Desse modo, a criação da Pós-Graduação, com seus cursos de Mestrado e Doutorado, torna-se um elemento impulsionador para a produção teórica do Serviço Social, bem como um espaço de interlocução com as diferentes áreas do conhecimento (Yazbek; Silva, 2005). Assim, destacamos que a Pós-Graduação ocupa um papel na formação de pesquisadores/as e de docentes em Serviço Social.

Neste espaço, o Serviço Social brasileiro vem dialogando e se apropriando do debate intelectual contemporâneo, no âmbito das ciências sociais no país e no exterior. Também nesse espaço o Serviço Social brasileiro desenvolveu-se na pesquisa acerca da natureza de sua intervenção, de seus procedimentos, de sua história e sobretudo acerca da realidade social, política, econômica e cultural onde se insere como profissão na divisão social e técnica do trabalho. [...]. Obteve o respeito de seus pares no âmbito interdisciplinar e alcançou visibilidade na interlocução com as ciências sociais. (Yazbek, 2000, p. 27).

Desta forma, o Serviço Social ganhou reconhecimento e espaço junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a outras agências de fomento. A Pós-Graduação tem produzido conhecimento através das pesquisas de mestrado e doutorado, o que demonstra o amadurecimento intelectual da profissão.

Cabe destacar que os primeiros cursos de Mestrado em Serviço Social foram o da

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), criado em 1971, e o da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), criado em 1972, sendo o curso da PUC-Rio o primeiro a ser reconhecido pelo Conselho Federal de Educação (CFE). E o primeiro curso de doutorado em Serviço Social da América Latina foi instituído em 1981 pela PUC-SP (Cf. Yazbek; Silva, 2005).

Atualmente temos 38 Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, sendo 18 Mestrado Acadêmico e 20 Mestrado Acadêmico/Doutorado Acadêmico. Quanto a natureza dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, 20 são de Serviço Social; 4 de Política Social; 2 de Políticas Públicas; 3 de Serviço Social e Políticas Sociais; 1 de Política Social e Território; 1 de Política Social e Direitos Humanos; 1 de Políticas Públicas e Desenvolvimento Local; 1 de Serviço Social e Desenvolvimento Regional; 1 de Serviço Social e Direitos Sociais; 1 de Serviço Social, Trabalho e Questão Social; 1 de Economia Doméstica; 1 de Serviço Social e Políticas Públicas e, 1 de Serviço Social e Proteção Social.

Quanto a vinculação dos Programas verifica-se que a maior concentração dos cursos se encontra em universidades federais, com 25 Programas; 7 em universidades estaduais; 5 em universidades católicas; e 1 em instituição filantrópica.

Quanto a distribuição geográfica, verificamos que a maior concentração se encontra na região sudeste, com 12 cursos de mestrado e 9 de doutorado; seguida da região nordeste, com 12 cursos de mestrado e 5 de doutorado; a região Sul com 8 cursos de mestrado e 4 de doutorado; as regiões Centro-Oeste e Norte contêm o mesmo número de cursos, ou seja, 3 cursos de mestrado e 1 de doutorado cada região.

Quanto aos conceitos atribuídos pelas avaliações da CAPES, no resultado divulgado em dezembro de 2022, observamos somente dois programas com nota 7; seis com nota 6; dez com nota 5; nove com nota 4; nove com nota 3; e dois cursos em Avaliação, pois foram criados recentemente, em dezembro de 2023³.

3 CONCLUSÃO

Retomar o contexto de maturidade teórica do Serviço Social, com foco na constituição da pós-graduação stricto sensu, é imprescindível para identificarmos com mais precisão os

³ **Fonte:** Gov.br/MEC – Plataforma Sucupira, 2022 (Avaliação 2021).

caminhos percorridos para sua chegada no campo da produção do conhecimento.

Assim, podemos salientar que, ao fazer essa releitura breve sobre o processo de amadurecimento da profissão, que tem como marco principal sua apropriação da teoria social marxista, como leitura de realidade inserida nas contradições capitalistas, a profissão concebeu essa realidade numa perspectiva de totalidade.

Constituiu seu lugar nas Ciências Sociais Aplicadas e, nesse universo demonstrado em números, pelos dados acima, também refletiu o quanto o Serviço Social amadureceu teoricamente e se consolidou enquanto área de produção do conhecimento, protagonizando a vanguarda da pós-graduação stricto sensu em Serviço Social no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. A formação profissional em Serviço Social e a mediação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS): as diretrizes curriculares/1996 em relação à perspectiva emancipatória no âmbito do avanço do conservadorismo. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade reformada**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. (coleção Educação em questão).

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.

GUERRA, Yolanda. **A pós-graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado**. *Temporalis*, Brasília, (DF), ano 11, n. 22, p. 125-158, jul/dez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LOPES, Josefa Batista. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina como marco na construção da alternativa crítica na profissão: a mediação da organização acadêmico-política e o protagonismo do Serviço Social brasileiro. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Meio século de pós-graduação no Brasil: do período heróico ao produtivismo pela mediação de um modelo superior as suas matrizes**. *Movimento – Revista de Educação*, Niterói, ano 7, n 14, Edição Especial, p. 12-39, 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira Silva e. Das origens à atualidade da profissão: a construção da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. In: CARVALHO, Denise Bomtempo

Birche de; SILVA, Maria Ozanira Silva e (Org.). **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 25-49.